

*As mudanças institucionais e tecnológicas no setor de telecomunicações brasileiro
e seus impactos no processo e nas relações de trabalho:
o caso das telecomunicações em Sergipe*

Verlane **ARAGÃO SANTOS**

José **NILTON DE MELO**

Luis **CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE**



*As mudanças institucionais e tecnológicas no setor de telecomunicações brasileiro e seus impactos no processo e nas relações de trabalho:
o caso das telecomunicações em Sergipe¹*

Verlane **ARAGÃO SANTOS²**

José **NILTON DE MELO³**

Luis **CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE⁴**

Introdução

O quadro mais geral de mudanças recentes no Capitalismo define-se a partir de alguns elementos de natureza complementar: a reestruturação produtiva, com as novas tecnologias da informação e da comunicação, a robótica, a microeletrônica e as "novas" formas de gestão do processo de trabalho; a hegemonia do preceito ideológico neoliberal, com consequência sobre a forma de regulação econômica; e a intensificação da internacionalização do capital, identificada pelo signo da globalização, em que se acentua o poder do capital financeiro sobre as decisões empresariais.

No Brasil, a privatização acontece de maneira retardatária em relação à Europa, e a alguns casos latino-americanos, porém o processo ocorre de maneira mais rápida, precipitando-se principalmente com a promulgação da Lei Geral das Telecomunicações (LGT), em 1997. Optando em promover a quebra total do monopólio público, no Brasil empreendeu-se a abertura total do mercado, com acesso irrestrito do capital estrangeiro às companhias telefônicas existentes. Ao Estado, a partir de então, caberia o papel de regulamentar o setor, sendo criada para tal a ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações).

A região que corresponde ao espaço territorial que vai do estado do Maranhão ao Rio de Janeiro, cobrindo ainda os estados do Norte do Brasil, Pará, Amapá, Amazonas e Roraima, passa a ser atendida pela TELE NORTE-LESTE/TELEMAR. Para os serviços de telefonia móvel, o estado de Sergipe passou a ser provido por um conjunto de empresas. Da antiga TELERGIPE, derivou-se a TELERGIPE CELULAR, que concorre no mercado local.

A privatização não só alterou o arcabouço institucional que estrutura o setor no país, mas também intensificou as mudanças técnicas, com a expansão da digitalização das redes e do uso da fibra ótica, viabilizando, por sua vez, o crescimento dos sistemas de armazenamento e transmissão de dados, dentre eles a internet. No âmbito do

NOTAS AL PIE DE LA PÁGINA

¹ Pesquisa realizada com recursos do FUNTEC/FAP/SE.

² Professora Assistente do Departamento de Economia/UFS e Mestre em Ciências Sociais (NPPCS/UFS).

³ Graduado em Ciências Econômicas (UFS) e bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq (2000-2001).

⁴ Graduado em Ciências Econômicas (UFS) e bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq (2000-2002).

mundo do trabalho, a privatização significou profundas alterações no padrão de uso e remuneração da mão-de-obra, atingindo as formas de organização das atividades laborais e as relações de trabalho, com reflexos substanciais sobre os sindicatos dos trabalhadores incorporados às empresas de telecomunicações.

O objetivo deste artigo é tornar público os resultados parciais da investigação desenvolvida pelo grupo de pesquisa sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), do Observatório de Economia e Comunicação do Departamento de Economia da Universidade Federal de Sergipe, que trata dos impactos da reestruturação produtiva sobre o processo e as relações de trabalho. Para tanto, empreendeu-se à aplicação de questionários semi-abertos, junto ao SINTTEL/SE (Sindicato dos Telefônicos do Estado de Sergipe), englobando trabalhadores das áreas de rede, comutação, transmissão, administração e manutenção, das empresas de telefonia fixa e móvel do estado.

Primeiramente, serão discutidos os marcos teórico-históricos que orientaram a pesquisa, procedendo então a apresentação e a análise de alguns resultados. No item 1, discutem-se a natureza e as principais características da última onda de transformações na base técnico-produtiva, além da alteração nos padrões de regulação econômica, no interior do modo de produção capitalista. O papel das “novas tecnologias da informação e da comunicação” e, neste espectro, a importância estratégica das telecomunicações. O item seguinte traça o quadro evolutivo do setor de telecomunicações no Brasil, destacando, entre outras coisas, os seguintes aspectos: a formação e desenvolvimento do sistema TELEBRÁS, evolução da infra-estrutura, considerando inclusive as políticas industrial e tecnológica voltadas para o setor, e as mudanças de ordem institucional, que desembocaram na privatização, em 1998, das empresas subsidiárias de telefonia. Por fim, o item 3, analisa-se o histórico e as conseqüências, até este momento, da privatização da TELERGIPE, subsidiária da holding TELEBRÁS, agora dividida em duas empresas, a TELEMAR, operadora da telefonia fixa no estado, e a TELERGIPE CELULAR.

1. Reestruturação capitalista, tics e o setor de telecomunicações

Desde as décadas de 60 e 70, o Capitalismo vem passando por transformações técnicas importantes, relativas à intensificação da microeletrônica, o surgimento da robótica, além do desenvolvimento das novas tecnologias da informação e da comunicação, premiado pelo aparecimento da internet e pela expansão da tecnologia digital. Estes eram sinais do progresso técnico inerente às formas de acumulação capitalista, no contexto da concorrência intra-capitalis e reflexos imanentes da crise estrutural do sistema. Com alterações intensas na base técnico-produtiva, consubstanciam-se ademais mudanças na ordem do trabalho e no modo de regulação, frente ao esgotamento do padrão de acumulação hegemônico desde o pós-guerra, denominado de taylorista-fordista.

É possível elencar algumas características desde novo quadro de transformações, chamado de Terceira Revolução Industrial: 1) introdução e difusão de uma nova base técnica – microeletrônica, robótica; 2) introdução de inovações organizacionais – *just in time*, *kanban*, qualidade total etc; 3) esgotamento do padrão de acumulação fordista; 4) estrangulamento do seu modo de regulação – *Welfare State*; 5) ascensão do ideário neoliberal; 6) emergência de um novo padrão de acumulação – “flexível”; 7) desemprego estrutural; 8) flexibilização dos processos e relações de trabalho; 9) novas exigências de qualificação; 10) novo perfil do trabalhador –

“polivalente”; 11) fragmentação e heterogeneidade da classe trabalhadora; 12) acentuado ritmo do desassalariamento; 13) predominância do capital financeiro (ARANHA, 2000).

O processo recente de reestruturação da produção pode ser identificado a partir do surgimento de experiências pontuais, como o toyotismo, no Japão, e o volvoísmo, na Suécia, paradigmas do chamado modelo de acumulação flexível. No caso do modelo japonês, é possível identificar caracteristicamente a absorção de mudanças muito mais organizacionais do que modificadoras da base técnico-produtiva, como por exemplo a importação da experiência têxtil, onde o trabalhador opera simultaneamente várias máquinas, e das técnicas de comunicação, como o *kanban*, usuais nos supermercados nos Estados Unidos.

A experiência japonesa, entretanto, permite-nos apreender algumas características desse modelo flexível, no que concerne não somente as mudanças na organização da produção e do trabalho, como também quanto ao papel e o significado dos sindicatos.

No toyotismo, como observa ANTUNES (1997), houve modificações em relação ao trabalho, a exemplo da diminuição das hierarquias, da redução do despotismo fabril e da maior participação do trabalhador na concepção do processo produtivo. Estas modificações representariam para o autor um processo de estranhamento do ser social que trabalha. Neste “novo” modelo de acumulação capitalista, temos o confronto direto com a rigidez do fordismo, baseado na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. No sentido amplo, a passagem do modelo fordista para o modelo de acumulação flexível teria trazido transformação para o mundo capitalista, que corresponderia notadamente na alteração de uma estrutura produtiva verticalizada para uma horizontalizada, onde a empresa contrata outras sub-empresas (terceirização).

A idéia de generalização do fordismo, tanto quanto do toyotismo, deve ser questionada, como nos assente MORAES NETO (1995, 1998). O desenvolvimento tanto do fordismo, e o mesmo vale para o toyotismo, deu-se de maneira particular, dadas as indissociabilidades de cada economia, como também às especificidades de cada ramo produtivo. Para o autor, muitos dos elementos destas estruturas de produção foram e são introduzidos principalmente no setor automobilístico, que corresponde ao modelo paradigmático desse conjunto de transformações.

Mais ainda, se se detém às características das modificações implementadas a partir do modelo japonês é possível identificar que estas não demarcariam uma alteração excludente em relação ao modelo fordista, já que

ao buscar a natureza do ohnoísmo, verificamos que o mesmo não superou o lastro do trabalho vivo característico do fordismo, na medida em que efetuou, sob o fordismo da fase de ‘rigificação’, uma significativa mudança de natureza estritamente organizacional (MORAES NETO, 1998: 722).

ANTUNES (2001) corrobora esta perspectiva, no sentido de identificar neste novo momento um processo em que cabem continuidades e descontinuidades em relação ao padrão até então predominante. Mas, do que representar um novo modelo de produção e reprodução capitalista, tal qual sublinharam Piore e Sobel (apud ANTUNES, 2001), as transformações que assistimos em várias esferas sócio-econômicas significam a continuidade da lógica da exploração e da exclusão. Assim,

É preciso que se diga de forma clara: desregulamentação, flexibilização, terceirização, bem como todo esse receituário que se esparrama pelo ‘mundo empresarial’, são expressões de uma lógica societal onde o capital vale e a

força humana de trabalho só conta enquanto parcela imprescindível para a reprodução desse mesmo capital. Isso, porque o capital é incapaz de realizar sua autovalorização sem utilizar-se do trabalho humano. Pode diminuir o trabalho vivo, mas não eliminá-lo. Pode precarizá-lo e desempregar parcelas imensas da população, mas não pode extinguí-lo (ANTUNES, 2001(b): 19).

Importante destacar, sem embargo, que a difusão de novas tecnologias irrompe e altera os processos de trabalho, redefinindo os padrões de qualificação da mão-de-obra. Ao lado da expansão do processo de industrialização da superestrutura social – processo que remonta à passagem ao Capitalismo Monopolista, de fins do século XIX e início do século XX –, no âmbito dos sectores da comunicação e da cultura, um novo tipo de trabalhador toma papel essencial para a valorização do capital, para o qual são exigidos o domínio dos processos e a capacidade de produzir conhecimento. Este trabalhador intelectual conformará um elemento importante no seio da classe-que-vive do trabalho.

As tecnologias da informação e da comunicação vão transformando cada vez mais as condições de funcionamento da economia e da sociedade. Seu impacto está ligado não apenas ao surgimento de uma nova tecnologia, mas também e sobretudo a três factores: (a) a aplicação das tecnologias da informação e da comunicação aos mecanismos de coordenação individuais e interorganizacionais; (b) o movimento de desregulamentação e privatização dos operadores, até então monopolios públicos, modificando as regras do jogo no que se refere à tecnologias, relação com a demanda etc; (c) a convergência de três sectores: informática, telecomunicações e audiovisual.

Apreendendo a dinâmica mais geral do processo, é possível demarcar três grandes movimentos: a) o gigantismo do movimento de financialização da economia; b) a formação dos blocos regionais e c) a reestruturação produtiva (CUNHA, 1996).

Sob a alcinha de globalização, estes fenómenos estão inter-ligados por um conjunto de elementos que conformam uma lógica inerente ao Capitalismo, a da internacionalização dos capitais. Em relação a este aspecto, BOLANO (1997), citando Coutho, identifica três características essenciais, que definiram o actual movimento de desenvolvimento do sistema:

(a) "um intenso processo de interpenetração patrimonial entre as grandes burguesias industriais e financeiras das principais economias capitalistas", decorrente da crescente interconexão dos mercados cambiais, financeiros, de títulos e valores, "facilitada pela "desregulamentação" dos sistemas financeiros, com o objectivo de estimular os fluxos de capitais necessários ao financiamento dos países cronicamente deficitários, especialmente os EUA (...); (b) a formação de oligopolios internacionais em várias indústrias importantes (como a automotivista, farmacêutica, electrónica de consumo), o que não é mais do que o aprofundamento, facilitado pela situação, referida no item (a), da internacionalização competitiva dos grandes capitais americanos, europeus e japoneses que, desde o fim dos anos 70, apontava para a concentração mundial em poucas empresas (...); (c) "estruturização de sofisticadas redes globais informáticas de gestão, on line, dentro de empresas multinacionais ou de empresas de alta tecnologia em processo de internacionalização, que permitem a prática de várias formas de sourcing global" (BOLANO, 1997: 74).

É evidente que essas tendências gerais do sistema estão profundamente ligadas às mudanças que vêm ocorrendo nos três sectores considerados e, especialmente, no audiovisual e nas telecomunicações. Mas, se em ambos os sectores são profundos os movimentos de desregulamentação, privatização, reposicionamento do Es-

tado, constituição de novas formas de regulação, internacionalização e incremento da concorrência internacional, a grande cartada está sendo jogada hoje na área das telecomunicações, área de ponta, aliás, na própria reestruturação do padrão de desenvolvimento capitalista em nível mundial.

As telecomunicações estão no centro das grandes transformações por que passa hoje o capitalismo, na medida em que articulam a revolução do processo econômico (via telemática) à nova mudança estrutural da esfera pública (através, seja da óbvia vinculação com o setor audiovisual, seja da expansão da chamada doméstica, com a constituição daquilo a que alguns se referem como "sociedade digital").

Do ponto de vista do processo econômico mais global, as mudanças estruturais que vêm se operando no setor das telecomunicações estão relacionadas com a criação da infraestrutura básica para o desenvolvimento no século XXI. Não é de se estranhar, portanto, que mudanças estratégicas fundamentais estejam ocorrendo no setor, ligadas ao movimento mais amplo da chamada globalização.

2. As telecomunicações no Brasil

2.1. Evolução do Sistema Brasileiro de Telecomunicações

O setor de telecomunicações no Brasil passou por diversas mudanças tanto estruturais como institucionais ao longo do século XX, especialmente a partir do pós-guerra, onde as mudanças eram visíveis não somente no país, mas também em todo o mundo e especialmente na Europa. A partir da década de 70, devido à nova fase do capitalismo, a quebra do monopólio público estatal das telecomunicações era uma realidade para vários países, sendo para nós ainda um fato novo e pouco discutido. No Brasil, uma das mudanças mais notáveis foi a criação do Sistema TELEBRÁS, em 1972, que passou a ser responsável por todo o sistema nacional de telecomunicações. A TELEBRÁS foi criada a partir das reivindicações estabelecidas pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, de 1962, que contém regras de controle público dos serviços deste setor. A TELEBRÁS, criada pela Lei 5.792 de 11 de junho de 1972, subordinada ao Ministério das Comunicações, proporcionou um grande ganho para toda a economia nacional.

Com o intuito de definir uma ampla política industrial para o setor de telecomunicações, foram tomadas várias medidas durante a segunda metade da década de 60 e meados da de 70, como é o caso da criação da EMBRATEL (*Empresa Brasileira de Telecomunicações*), em 1965, que era filiada à TELEBRÁS, com a finalidade de cuidar dos serviços de longa distância, do Ministério das Comunicações (Minicom) e do CPqD, em 1975, cujo principal objetivo era estimular o desenvolvimento de tecnologia nacional, a partir da criação de fundos de investimentos para o setor, como o Fundo Nacional de Telecomunicações (FNT). De meados de 70 até início de 1980, devido à atuação do CPqD, o Sistema de Telecomunicações Brasileiro (STB) presenciou um grande desenvolvimento tecnológico como jamais visto antes.

Segundo POCHMANN e PORTO (2000), no início da década de 70, o sistema TELEBRÁS buscou estabelecer uma política industrial-tecnológica visando elevar os índices de nacionalização de produtos do setor, bem como apoiar o desenvolvimento de indústrias de equipamentos sobre controle local e desenvolver tecnologia localmente.

Já havia na época uma clara percepção da transição tecnológica que iria ocorrer no setor, com a digitalização das centrais e o uso de transmissão óptica. Sendo assim, o CPqD mostrava-se essencial no desenvolvimento

dessas tecnologias. O objetivo da TELEBRÁS era de desenvolver no país uma central digital CPA temporal, licenciar tecnologia para a produção local de centrais CPA espaciais e apoiar a constituição e consolidação de empresas sob controle nacional para produzirem bens para o setor.

A partir do início dos anos 80, o STB começou a ser visto como um setor atrativo, despertando assim a atenção das multinacionais de serviços de teleequipamentos dos países centrais, que buscam a expansão do seu capital industrial e financeiro.

Neste momento os movimentos pela quebra do monopólio estatal das telecomunicações começam a se manifestar, no entanto, não se tem ainda uma pressão exercida por parte do governo com o objetivo de privatizá-la.

No final dos anos 80 e início dos 90, devido à escassez de investimentos em telecomunicações, os movimentos privatizantes se intensificam cada vez mais, e isto pôde ser notado a partir do governo Collor, que deixou bem claro os seus interesses em privatizar o Sistema TELEBRÁS.

Desde o início dos anos 80, os movimentos privatizantes vinham ganhando força, porém, nesta época eles tinham algumas barreiras para desestatizar as telecomunicações no Brasil, como por exemplo a burguesia industrial brasileira e os movimentos políticos de esquerda, como é o caso do sindicato dos trabalhadores das empresas de telecomunicações, SINTTEL. Estes movimentos possibilitaram um adiamento na discussão sobre a privatização das telecomunicações no Brasil. Além de contar com as barreiras internas, os movimentos privatizantes se defrontaram com o desinteresse dos agentes externos financiadores, como é o caso do Banco Mundial, que apresentava nesta época pouco interesse na desestatização das telecomunicações brasileiras (LEAL, 1997; BOLAÑO & FARIAS, 2000).

Entretanto, no governo Sarney, o setor de telecomunicações é acometido por cortes em investimentos, e isto fará com que ocorra uma estagnação no crescimento deste setor. Este fato estimula os movimentos privatizantes a pressionarem o governo para que este possa abrir o mercado das telecomunicações.

Com o governo Collor, as políticas privatizantes se tornaram mais reais, inclusive no setor de telecomunicações. Apesar de Collor declarar que defenderia as estatais rentáveis, como, por exemplo, a TELEBRÁS, observou-se no seu governo um incentivo à privatização dos setores importantes da economia brasileira. Estes incentivos estavam prescritos no Plano Nacional de Desestatização, criado pela Lei 8.031, de 12 de abril de 1990. Contudo, depois que foi eleito, Collor se comprometeu a dar prioridade ao pagamento da dívida externa e a seguir o caminho proposto pelo Fundo Monetário Internacional, que, com o intuito de acabar com a inflação, exigia a privatização dos setores estratégicos da economia brasileira, inclusive o de telecomunicações.

Com a saída de Fernando Collor de Mello da presidência, assume o poder Itamar Franco, e este estimulou, pausadamente, o processo de privatização das telecomunicações brasileiras. Estes estímulos puderam ser notados com a promulgação da Lei de Licitações número 8666/93, com a formação do Lobby de doze grandes empresas nacionais para promover a desestatização dos serviços de telecomunicações e com o decreto de regras de privatização da TELEBRÁS.

Entrementes, as pressões pela privatização do sistema TELEBRÁS se tornaram mais eficazes com a aprovação da carta magna, pois ele alegava que o sistema Telebrás precisava de recursos para programas de

descongestionamento das ligações nas concessionárias, e para que isso ocorresse era necessário entregá-la a iniciativa privada.

O presidente Fernando Henrique Cardoso, seguindo o mesmo modelo neoliberal de Collor, reafirmou mais intensamente o projeto de privatização das telecomunicações brasileiras. Entretanto, somente a partir da promulgação da Lei Mínima é que se observa o início do processo legal de privatizações das Telecomunicações.

Com a criação de um órgão fiscalizador, a ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações), as privatizações se tornaram iminentes, pois a ANATEL estabelece regras de privatização do sistema TELERBRAS e também inspeciona a atuação das empresas privadas, nacionais e estrangeiras, no Mercado Brasileiro de Telecomunicações. A criação deste órgão fiscalizador é fundamental para acelerar o processo de privatização das telecomunicações no Brasil, para garantir a regulamentação deste setor e também para assegurar a competitividade deste mercado. A ANATEL, criada pela Lei Geral das Telecomunicações, é um órgão autônomo e independente com a função de garantir a competitividade deste setor. FARIAS comenta que a ANATEL

... possui plenos poderes para fiscalizar os serviços que a iniciativa privada irá prestar à população. Sua missão é estabelecer as condições para a justa competição entre empresas de prestação de serviços de telecomunicações, preços e tarifas para o usuário e o cumprimento das normas e metas de qualidade e de oferta dos serviços (1998:10).

As políticas de desestatização das telecomunicações brasileiras se fizeram presente desde o início dos anos 80, porém, elas tiveram mais força a partir dos anos 90, especificamente a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso. Os agentes privatizantes, apesar de encontrarem barreiras no início da década de 80, tiveram grande aceitação no governo de FHC, pois este foi muito influenciado pelas políticas neoliberais de desestatização dos setores estratégicos da economia.

FARIAS (1998) lembra que após a privatização do Sistema TELERBRAS, em julho de 98, as telecomunicações passaram por uma mudança de caráter estrutural, ou seja, elas deixaram de ser vistas como um setor de utilidade pública para se tornarem um setor atrativo, rentável e cobijado pelo capital estrangeiro.

No tocante ao período pós-privatização, na América Latina, destaca-se a digitalização das redes de telecomunicações, imposta como mudança necessária frente à obsolescência da base eletromecânica. Os argumentos, inclusive, a favor da privatização do setor, incortiam sobre a incapacidade do Estado de assumir as inversões de alta monta exigidas para a passagem da base analógica a tecnologia digital. Walter (WALTER & GONZÁLEZ, 1998) chama a atenção de que esse fator, de ordem tecnológica, estaria na origem do processo de transnacionalização, por exemplo, das empresas estatais europeias de telecomunicações, e cita ademais uma excepcionalidade nesse movimento, ocorrida no Uruguai, já que a rede foi digitalizada sem a necessidade de desestatizar o setor, colocando-se assim como uma alternativa interessante.

Quanto ao alcance da digitalização, os dados até 1997 dão conta de um ímimo avanço nos sistemas da América Latina, com a exceção da Argentina, que para o mesmo ano já tinha introduzido a fibra ótica em 75,6% dos lares com cabo do país, abrindo a possibilidade assim para o desenvolvimento da WebTV. A tendência, contudo, já identificava o avanço desse processo com a privatização. É aí vale apontar, essa alteração da base técnica está no cerne das mudanças produtivas e no processo de trabalho, causando, por exemplo, a diminuição em grande escala da necessidade de mão-de-obra nos setores internos às empresas prestadoras de serviços telefônicos (WALTER & GONZÁLEZ, 1998).

2.2. O processo de privatização do Sistema TELEBRÁS

No início da crise dos anos 70, o mundo assistiu a um movimento denominado de forma genérica de Reestruturação Capitalista, no qual o setor de telecomunicações aparece como elemento catalisador desse processo a partir de meados dos anos 80. Este setor sofreu uma importante transformação, com processos de desregulamentação, privatização, reposicionamento do Estado, constituição de novas formas e novas instâncias de regulação e internacionalização da concorrência.

Nos países desenvolvidos tais transformações foram impulsionadas pelos grandes grupos privados e pelo reforço das empresas do Estado, que passaram a agir cada vez mais segundo a lógica própria do capital privado (o que inclui as estratégias de expansão internacional), isto é, os processos de privatização e liberalização acontecem de forma muito controlada e subordinada a uma política industrial e capacitação tecnológica. Na América Latina, a história é completamente diferente do ponto de vista político.

No Brasil, como em toda América Latina, a questão é totalmente outra. Diante da falência do Estado, as privatizações surgem como uma solução in extremis para responder à crise fiscal, sendo parte integrante dos programas de ajuste impostos pelo FMI. No caso particular das Telecomunicações, são várias as pressões pela liberalização (BOLAÑO, 2001: 30).

Quatro elementos foram apresentados para que se pressionasse pela mudança no monopólio das telecomunicações. Os dois primeiros foram de ordem tecnológica: desenvolvimento da telemática e ampliação do número de sistemas de distribuição alternativos (satélites, sistemas de cabo de banda larga, fibras óticas, microondas etc), abrindo a possibilidade de introdução de novos tipos de agentes no setor, garantindo uma grande heterogeneidade dos serviços oferecidos, sejam eles domésticos ou empresarial e a expansão da comunicação empresarial, que está ligada ao terceiro elemento. Este terceiro elemento está ligado ao desenvolvimento dos negócios, das operações transnacionais e multiplanta e, principalmente, a internacionalização do setor financeiro, transformando este setor em um recurso da mais alta prioridade para as empresas tanto no que se refere aos custos, quanto à eficiência e à competitividade da firma. O quarto elemento é de ordem estratégica: quando se aumenta o custo de pesquisa e desenvolvimento, o mercado não é suficiente para amortização dos investimentos necessários (COUTINHO *et alli*, 1995).

A existência de uma consistente infra-estrutura no setor de telecomunicações é a condição chave para o impulsionamento das empresas nacionais e para a atração do capital externo. COUTINHO *et alli* (1995) consideraram a decisão do Congresso Nacional brasileira de flexibilizar o monopólio das telecomunicações, com o objetivo de alavancar a nossa competitividade sistêmica, numa perspectiva de longo prazo, as seguintes constatações e diretrizes que deveriam ser consideradas para a política de telecomunicações na segunda metade dos anos 90. A primeira era reconhecer que não existe um paradigma único e inequívoco de eficiência em telecomunicações. Em segundo lugar, a diversidade de experiências bem sucedidas e rápidas de mudanças tecnológicas. Em terceiro, o processo de liberalização dos serviços para o setor privado que vem sendo implementado de forma gradualista, particularmente na área básica da telefonia convencional.

O processo de reestruturação do setor de telecomunicações no Brasil começou a ser feito em agosto de 1995 com a aprovação da emenda constitucional que permitiu a exploração dos serviços por empresas privadas. Com a aprovação da Lei Mínima, que prevê a privatização de alguns serviços de telecomunicações, em

julho de 1996, foi introduzida a competição no serviço móvel celular, possibilitando a concessão de licenças para as operadoras da Banda B e a competição em outros serviços (FARIAS, 1999).

Após a aprovação da Lei Geral das Telecomunicações, em julho de 97, o modelo constitucional foi totalmente redefinido, criando-se condições para a competição no setor telefônico. A Lei Geral, baseada nos princípios da competição e da universalização dos serviços telefônicos, trazia seus principais pontos centrados na participação do capital estrangeiro no mercado nacional e na criação de um órgão autônomo e independente, com função de gerenciar contratos de concessão, bem como o de regulamentar e fiscalizar o setor de telecomunicações brasileiro. Este órgão, a ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) tem por missão a de estabelecer as condições para a justa competição entre as empresas de telecomunicações, ou seja, estabelecer preços e tarifas para o usuário, e também manter o cumprimento das normas e metas de qualidade e oferta dos serviços (FARIAS, 1999).

Após a criação da ANATEL segue-se a privatização das telecomunicações, no entanto, para não incorrer nos mesmos erros que alguns países cometeram, foram adotadas algumas normas para o leilão da TELEBRÁS. As normas foram as seguintes:

- Foi permitida a participação de empresas e consórcios com 100% de capital externo, não limitando portanto o capital estrangeiro;
- A empresa interessada escolheria entre participar isoladamente ou em consórcios. Deveria, no entanto, respeitar o limite estabelecido para a compra: o limite determinava que uma empresa com participação igual ou superior a 20% na composição de um consórcio não poderiam ter mais de uma companhia de cada grupo;
- As empresas foram divididas em três grupos: companhias de telefonia fixa local e regional – grupo A, companhias de telefonia celular de maior valor de mercado – grupo B, e as companhias de telefonia celular de menor valor de mercado – grupo C;
- A Telebrás foi subdividida em doze companhias: três holdings das concessionárias regionais de telefonia fixa, uma holding da operadora de longa distância (Embratel), oito holdings das concessionárias de telefonia móvel banda A;
- Foi estabelecido um limite geográfico de exploração de atuação das empresas de telefonia fixa e de longa distância – 31/12/2003. Caso todas as obrigações de universalização e expansão determinadas pela Anatel sejam cumpridos até 31/12/2001, as empresas ficarão liberadas desse limite e poderão competir no mercado umas das outras (FARIAS, 1999:07).

No que se refere ao leilão da TELEBRÁS, este ocorreu com sucesso nos itens relativos à organização e a rapidez nas negociações. O governo arrecadou com o leilão a quantia de R\$ 22 bilhões, superando assim o preço mínimo, estipulado em R\$ 13 bilhões. Atribuem-se a essa superação do preço mínimo ao grande número de participantes do leilão e ao fato de que há no país uma grande expectativa de crescimento deste mercado. Por terem adquirido as companhias mais valorizadas, a Telefónica da Espanha e a Telecom da Itália foram consideradas as grandes vencedoras. Para o leilão, as operadoras foram agrupadas em três holdings de telefonia fixa e oito de telefonia celular, sendo que a Embratel foi vendida por inteiro.

3. O sector de telecomunicações em Sergipe: O caso da Telemar

Nesta seção serão apresentados os resultados de um estudo de caso realizado junto aos trabalhadores da empresa de telefonia TELEMAR, com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Estado de Sergipe (SINTEL/SE). O objetivo é analisar as mudanças tanto organizacionais quanto nas relações de trabalho a partir da privatização das telecomunicações em Sergipe⁵.

Após a privatização, as telecomunicações sergipanas apresentaram algumas mudanças. Na área de rede, observa-se que houve um aumento considerável de telefones públicos e fixos instalados, possibilitando assim a expansão desse setor no Estado. Entretanto, observou-se também uma queda na qualidade técnica e na qualidade dos serviços prestados à sociedade. Houve também um aumento na desregulamentação do mercado de trabalho nesse setor, que é gerado através das demissões, da sobrecarga de trabalho, do aumento da jornada de trabalho e da exploração.

Na área administrativa, de modo análogo à de rede, ocorreu uma diminuição da qualidade dos serviços prestados e um aumento nas demissões. O reduzido quadro de funcionários acarretou aumento de jornada de trabalho para os trabalhadores que não foram demitidos, pois estes tinham que realizar o mesmo trabalho, que antes era realizado por um número maior de pessoas.

Tanto na área de redes como na administrativa, os salários dos trabalhadores permaneceram constantes, tendo uma ligeira elevação após dois anos. A redução salarial ficou por conta dos terceirizados. Vale a pena ressaltar que na área administrativa não há trabalhadores terceirizados, porém, há um considerável número de estagiários.

Em entrevista do dia 01/02/00, a Sra Iaraci Maria Silva, que supervisionava todas as áreas técnicas (comutação, transmissão, rede e energia), constatou-se que após a privatização houve um outro acontecimento importante: trata-se da migração de funcionários de outros Estados, especialmente da Bahia para Sergipe, contribuindo assim para o agravamento do emprego neste setor no Estado. A entrevistada acrescenta que após a privatização a qualificação profissional dos trabalhadores em telecomunicações diminuiu, pois a empresa que atua em Sergipe (TELEMAR) não dava incentivos à qualificação, como ocorria antes da privatização. Comenta, ainda, que houve uma queda no serviço de assistência médica e uma diminuição no padrão de vida, pois mesmo com os salários nominais constantes, os salários reais, devido à inflação, apresentavam uma queda considerável. Em seguida, a entrevistada apresenta a sua opinião acerca das demissões no setor de telecomunicações que, segundo ela, deveriam existir. Havia um inchaço de pessoal no setor. No entanto, deveria haver um critério de seleção para se demitir, pois ocorreram demissões de pessoas qualificadas e a preservação de pessoas não qualificadas. Para ela, *"o problema não são as demissões, e sim as demissões sem controle"*. Finalizando, a entrevistada afirma ser contra a privatização, devido ao imediatismo do setor privado (lucro a curto prazo e sem prever conseqüências) e por achar que o governo tem papel relevante na economia.

NOTAS AL PIE DE LA PÁGINA

⁵ Num primeiro momento, foram feitas reuniões informais com os trabalhadores nas dependências do Departamento de Economia da Universidade Federal de Sergipe. Em seguida, com a aplicação dos questionários, foram entrevistados os seguintes trabalhadores: I) Ezequias Santos: 11 anos de trabalho – ocupa o cargo de assistente administrativo; II) Carlos Lúcio Amado e Silva: 15 anos de trabalho – ocupa o cargo de cabista, na área de redes; III) Iaraci Maria Silva: 23 anos de trabalho – ocupa o cargo de supervisão de todas as áreas técnicas; IV) Luciano Rolemberg Farias: técnico Sênior em telecomunicações na área de comutação e presidente do Sintel/Se.

A opinião da entrevistada diverge, do ponto de vista político, com a opinião de Carlos Lúcio Amado, egresso da área de redes, que diz ser a favor da privatização como uma forma de contribuição para a expansão do setor. Segundo ele, a privatização só é negativa devido às demissões desnecessárias, e por ela não ver o lado social. Diz ainda que seria preferível uma empresa de telecomunicações privatizada, sem demissões, a uma empresa estatal: “o papel do Estado não é intervir no setor produtivo da economia e sim no social, isto é, promover saneamento básico, saúde etc” (entrevistado, 01/02/00).

Luciano Rolemberg Farias, entrevistado no dia 13/02/00, técnico sênior em telecomunicações na área de comutação, funcionário efetivo da empresa TELERGIPE, hoje TELERGIPE Celular. A opinião do entrevistado acerca da privatização é de que houve muitas mudanças nesse setor. A TELERGIPE Celular, operadora da telefonia móvel no Estado melhorou a qualidade dos serviços, tanto em área de cobertura como em reclamações de assinantes. Sobre a telefonia fixa, não se pode dizer o mesmo, pois a qualidade dos serviços deverá cair devido às demissões e mudanças no mundo do trabalho. Diferentemente, a celular contratou mais funcionários na área de comutação, proporcionando também um aumento salarial. O processo de trabalho da telefonia móvel permanece inalterado, mas na telefonia fixa, houve mudanças significativas.

Ao tratar das mudanças observadas em relação à passagem da tecnologia analógica para a digital, constatou-se que houve vantagens e desvantagens.

Vantagens:

- melhor transmissão da velocidade de comunicação via celular, ou seja, com maior rapidez e confiabilidade;
- maior facilidade de ampliação da planta celular e fixa.

Desvantagens:

- voz metalizada, isto é, perde-se a naturalidade da voz na comunicação;
- presença de eco e cortes contínuos durante a conversação na telefonia celular;
- desemprego, pois tarefas que 5 ou 6 pessoas faziam, com a tecnologia digital, apenas uma faz.

É importante ressaltar que na telefonia móvel não houve demissões após a privatização, fato esse que não ocorreu na telefonia fixa.

O entrevistado conclui, alegando que a privatização, não só em Sergipe, mas também no Brasil, foi feita de maneira equivocada. Segundo ele, o governo deveria regular o mercado, evitando a concorrência desenfreada. Se o governo ficasse com a banda A e a iniciativa privada com a banda B, seria uma forma de se manter os preços das tarifas de maneira justa.. Como fatores positivos percebemos uma maior facilidade na compra de terminais fixos e aumento da escala produtiva. Como negativo têm-se as demissões em massa na telefonia fixa.

Ao analisar o setor de telecomunicações do Estado de Sergipe após a privatização e comparando a antiga empresa TELERGIPE com a operadora atual, TELEMAR pode-se constatar que ocorreram mudanças nas diferentes áreas em que o trabalho se divide: comutação, transmissão, energia, rede, administrativa etc. Segundo os trabalhadores do setor de telecomunicações de Sergipe, o setor vem sofrendo alterações não só no mundo do trabalho, mas também na estrutura da cadeia produtiva. Para esses trabalhadores, cai a qualidade dos serviços em todas as atividades do setor, devido às demissões em massa. Toda a responsabilidade do setor, com a qualidade de serviços, é jogada para as empresas terceirizadas, que contribuem ainda mais para a desregulamentação do trabalho.

As opiniões do SINTTEL (Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Estado de Sergipe) e de alguns trabalhadores não sindicalizados da TELEMAR (Sergipe), são bastante semelhantes. Para estes últimos, o governo utilizou um discurso político típico do neoliberalismo, cujo objetivo era puramente a efetivação da privatização. O governo alegou que a privatização surgiria como algo positivo para o desenvolvimento econômico brasileiro, pois mais investimentos e inovações tecnológicas poderiam ser conseguidos com a iniciativa privada e com a entrada do capital estrangeiro. Os argumentos dos trabalhadores são contrários aos do governo: *“a privatização não trouxe consigo inovação tecnológica nem tantos investimentos, mas sim as demissões em massa que acarretaram queda na qualidade dos serviços”* (trabalhador entrevistado, em 13 de março de 2000).

As mudanças ocorridas no Estado de Sergipe não atingem somente as áreas técnicas específicas, mas também toda estrutura organizacional da empresa. Segundo os trabalhadores da atual operadora TELEMAR (Sergipe), esta perde sua autonomia na tomada de decisões dentro do setor de telecomunicações. A TELERGIPE, antiga operadora do sistema Telebrás, tinha sua estrutura organizacional descentralizada. Hoje, com a TELEMAR, a estrutura organizacional do setor está centralizada, ou seja, qualquer problema de ordem superior, dentro de uma nova hierarquia organizacional centralizada, só poderá ser resolvido na sede regional, que não se localiza mais em Aracaju, mas em Salvador. Diante disso, Sergipe perde sua autonomia administrativa, além de ficar comprometida, segundo os trabalhadores entrevistados, a qualidade dos serviços prestados e dos investimentos em infra-estrutura no estado.

Há trabalhadores que não vêem nenhum aspecto positivo na privatização e outros que enxergam aspectos positivos e negativos. O primeiro grupo afirma que:

apesar da mídia dizer que ficaram mais acessíveis os serviços de telefonia no Estado de Sergipe, discordamos. Quando a Telebrás foi entregue, esta já tinha planos de investimentos, ou seja, tudo que está sendo feito hoje é a conclusão da proposta da TELERGIPE. Para se ter uma idéia, peguemos como exemplo o prédio da Rua Lagarto em Aracaju, que foi concluído em novembro, quatro meses após a privatização (trabalhador entrevistado, em 13 de março de 2000).

Como aspecto positivo, alguns trabalhadores concordam que a privatização aumentou o número de terminais. Porém, as demissões em massa contrariam a qualidade dos serviços. A desregulamentação do trabalho tem sido negativa nesse sentido porque as empresas terceirizadas – maioria hoje no Estado – contratam trabalhadores mal capacitados, mal remunerados e desprovidos de alguns direitos trabalhistas.

Segundo o presidente do SINTTEL de Sergipe, Sr. Rollemberg, a TELERGIPE tinha um quadro efetivo de 637 trabalhadores, distribuídos entre as áreas técnicas de comutação, transmissão, energia, rede, administrativa e outras. Em 2000, o quadro de funcionários da TELEMAR no Estado de Sergipe era de 166, com promessas de novas demissões para 2001.

De acordo com Rollemberg, cerca de 40% dos trabalhadores demitidos estão trabalhando na empresa terceirizada J. Simões. O restante está desempregado ou participando do mercado informal. Os serviços de comutação, energia, transmissão, rede e administrativa eram compostos respectivamente por 25, 12, 30, 160 e 410 funcionários. Após a privatização, ficaram com 11, 03, 17, 35 e 100, respectivamente⁶.

O número de trabalhadores terceirizados da empresa J. Simões, prestadora de serviços da TELEMAR, nas áreas de rede, transmissão e energia chega a 350. O número total de trabalhadores no setor de telecomunicação no Estado de Sergipe, em 2000, é de aproximadamente 516. Na telefonia móvel, ocorreu o contrário. A empresa de telefonia celular do Estado de Sergipe (TELERGIPE Celular) aumentou seu quadro de funcionário de 37 para 57 após a privatização. A média salarial, que era de R\$ 770,00, chegava em 2000 a R\$ 1.770,00. A análise comparativa entre os dois serviços de telefonia no Estado de Sergipe, mostrando, entre outras coisas, que, enquanto o piso salarial permanece fixo na telefonia fixa, aumenta na celular.

A conclusão de Rollemberg é que as demissões na telefonia fixa de Sergipe não se devem tanto à introdução de novas tecnologias, como ao monopólio disfarçado da empresa TELEMAR:

A empresa espelho da TELEMAR, VÉSPER, não tem condições de competir, pois sua escala produtiva é muito inferior à primeira. Por se tratar de uma concorrência injusta e monopolista, a TELEMAR veio a ferir a lei geral de telecomunicações e, conseqüentemente, o trabalhador e o consumidor. Por que na telefonia celular adotou-se a mesma tecnologia da fixa e, no entanto, não houve demissões? Aqui não houve demissões, por se tratar de uma concorrência mais justa. Existem duas empresas, Maxitel e TELERGIPE Celular. Embora introduzindo-se tecnologia, essas empresas não demitiram justamente porque estavam preocupadas com a qualidade dos serviços (entrevista realizada em 14 de janeiro de 2000).

Com relação à expansão da produção, embora o setor de telecomunicações no Estado de Sergipe não tenha realizado as metas exigidas pela agência reguladora para o ano 2000, apresentou, em 2001, não só um significativo crescimento, mas a superação daquelas metas, com exceção para serviço móvel celular (SMC).

As principais conseqüências da privatização das telecomunicações em Sergipe foram, em suma, as seguintes:

- expansão dos telefones fixos e públicos acima das metas estabelecidas pela ANATEL, com exceção do sistema móvel celular (SMC);
- centralização da administração;
- expansão do serviço terceirizado;
- queda na qualidade dos serviços prestados;
- demissões;
- sobrecarga de trabalho;
- perda de autonomia administrativa;
- aumento da jornada de trabalho e, conseqüentemente, perda do lazer;
- perda salarial para os que foram demitidos e entraram em empresas terceirizadas;
- diminuição dos incentivos à qualificação profissional;
- contratação de funcionários de outros estados, especialmente da Bahia.
- expansão do número de trabalhadores terceirizados, que já ultrapassa 500;
- salário nominal constante com perdas reais.

Em pesquisa realizada, no mesmo período, enfatizando os impactos da privatização sobre o sindicato dos telefônicos do estado de Sergipe, VASCONCELOS (2001) aponta as seguintes conclusões: 1. assiste-se a uma crescente fragmentação no interior da categoria, com o surgimento de novas empresas no setor, e pelas diferenciações de contrato entre trabalhadores contratados antes e depois da privatização da empresa estatal; 2. no sentido de superar a crise por que passa o sindicato, promoveu-se uma mudança no estatuto, incorporando

um maior número de trabalhadores, a saber, os envolvidos nos serviços de telefonia móvel, centros de atendimento, *call centers*, operadores de sistemas de TV a cabo, entre outros; 3. assim, busca-se, por parte do sindicato, uma maior aproximação com todos os trabalhadores em telecomunicações e os das empreiteiras.

Vale comparar com o que ocorreu em outros estados da Federação. A ANATEL não possui instrumentos punitivos contra possíveis demissões que possam ser realizadas nas empresas do ex- Sistema TELEBRÁS, e nem tem como evitar essas demissões, a menos que o corte comece a interferir na qualidade dos serviços. Sobre as metas intermediárias que de veriam ser executadas até dezembro de 1999, não estão previstas multas por parte da ANATEL. O acordo com os protocolos assinados com as operadoras, as empresas que não cumprirem as metas intermediárias poderão ser advertidas e submetidas a uma auditoria por parte da ANATEL. A única multa prevista para esse período só pode ser aplicada se a qualidade dos serviços prestados cair por causa da demissão excessiva de funcionários. E demissões já começaram a ocorrer em algumas empresas. Foram registrados, desde julho de 98, data da privatização, a extinção de 17.968 vagas⁷ no setor de telefonia no país.

A holding TELEMAR (Tele Norte Leste), que opera em Sergipe, está em dezesseis estados do país; entre eles Minas Gerais, Rio de Janeiro e toda a Região Nordeste. A empresa anunciou, em novembro de 1999, o maior corte de pessoal entre as ex-empresas do Sistema Telebrás. O programa de demissões que atinge Sergipe prevê, a curto prazo, reduzir o quadro atual de funcionários, que possui 32 mil empregados contratados e 18 mil terceirizados. A Embratel também já divulgou seu plano de demissão incentivada, que pretende atingir 10% (cerca de mil pessoas) do total de empregados. O programa de demissões voluntárias da Telebahia, além das obrigações e da multa sobre o FGTS, prevê bonificações variáveis de acordo com o tempo de serviço para aqueles que optarem pela demissão. A empresa quer reduzir seu quadro de 3,3 mil funcionários em 20%. Em dezembro foram demitidos 300 funcionários da CRT (Companhia Rio Grandense de Telecomunicações) e a empresa anunciou ainda a redução de cargos gerenciais de 450 para 200.

As empresas argumentam que as demissões são necessárias porque possibilitam a modernização de suas estruturas operacionais. Alegam ainda que as demissões estão sendo compensadas com a contratação de serviços terceirizados e com a admissão de novos funcionários nas áreas comercial e de atendimento ao usuário.

A avaliação do presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações de Minas Gerais, Pedro Jaime Araújo, mostrou também o mesmo problema ocorrido em Sergipe após a privatização. A TELEMAR passou por engugamento de pessoal e piora considerável no atendimento aos clientes. Além da prova documental que é a fiscalização pela DRT-MG, o presidente do SINTTEL-Minas revelou que o número de empregados enquadrados como estagiários na empresa cresceu de uma proporção de 5% para 30% do contingente empregado após a privatização da empresa. Os estudos sobre o uso abusivo da mão-de-obra mais barata pela TELEMAR-Minas foram enviados à Procuradoria Regional do Trabalho no segundo semestre de 99. Segundo o presidente do SINTTEL-MG, a procuradoria fez uma proposta de ajuste de conduta. Pelo acordo, a TELEMAR-Minas se comprometeria a fixar o número de estagiários em 15% do total de funcionários, mas a operadora se recusou a assinar o termo. A queda na qualidade do atendimento aos clientes, conforme o presidente do SINTTEL-Minas, pode ser medida pelo aumento das reclamações contra a empresa junto aos órgãos de defesa do consumidor (SINTTEL-DF, 2000).

NOTAS AL PIE DE LA PÁGINA

⁷ Esses números foram fornecidos pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). O cálculo foi feito a partir das demissões confirmadas nos sindicatos entre o período do mês de agosto de 98 e maio de 99.

Considerações finais

As transformações no âmbito do sistema capitalista e, em particular, no setor de telecomunicações, correspondem a um espectro heterogêneo, mas que conforma um quadro que aponta claramente para a precarização e flexibilização das condições e relações de trabalho. Além do número de demissões e das perdas salariais, com exceção da telefonia celular – como foi observado para o caso de Sergipe –, como da intensificação do ritmo de trabalho, seja nas empresas de telefonia, como nas terceirizadas, um elemento imprescindível deve ser acentuado, a redifinição das posturas sindicais.

A privatização em termos da distribuição dos trabalhadores em diversas empresas, após a privatização, como o surgimento em face da convergência tecnológica de novas categorias de trabalhador, a exemplo do profissional da informática, exige dos sindicatos a definição de novas estratégias, distintas daquelas comuns à existência do sindicato da grande empresa estatal.

A despeito do aumento do número de acessos na telefonia fixa e celular – conseguindo superar em 2001 as metas estabelecidas pela ANATEL, em quase todos os estados da federação –, e possível se questionar quanto à efetivação de um processo de universalização, compreendendo este a democratização do acesso e da garantia de manutenção dos serviços de telefonia para uma boa parte da população brasileira, principalmente para os grupos pertencentes aos mais baixos extratos de renda, como aqueles residentes nas regiões mais isoladas do país.

Por sua vez, a garantia de infra-estrutura necessária para o avanço dos demais setores econômicos, denota o caráter estratégico das telecomunicações, demandando um papel claro do Estado no mercado, que não seja como operador dos serviços, já que o processo de privatização é de fato e definitivo, mas essencialmente como agente responsável pela regulação e regulamentação do setor.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, R. (2001) *Os Sentidos do Trabalho*. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 4. ed. São Paulo: Boitempo Editorial.
- (2001b). "As Metamorfoses no Mundo do Trabalho". In: Gomes, A *O Trabalho no Século XXI*. Considerações para o Futuro do Trabalho. São Paulo: Garibaldi; Salvador: Sind. dos Bancários.
- (1997). *Adens no Trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da UNICAMP.
- ARANHA, L. (2000) *Educação e Trabalho no Contexto da Terceira Revolução Industrial*. São Cristóvão: Editora UFS.
- BOLANO, C. R. S. (2001) "Políticas de Comunicação e Economia Política das Telecomunicações no Brasil: convergência, regionalização e reforma. In: Bolão, C.R.S. *Regionalização e Reforma das Telecomunicações no Brasil*. Relatório apresentado ao CNPq, UFS.
- (coord.) (1999) *Globalização e Regionalização das Comunicações*. São Paulo: EDUC; Aracaju: EDUFS.

- (org) (1997) *Privatização das Telecomunicações na Europa e na América Latina*. Aracaju: EDUFS..
- BOLAÑO, C. R. S & FARIAS, F. M.** (2000). "A Situação das Telecomunicações no Brasil no Final do Processo de Privatização". In: *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. São Paulo, vol. XXIII, n. 1, janeiro/junho, pp. 43-55.
- COUTINHO L. et alli**, (1995). *Telecomunicações, Globalização e Competitividade*. Campinas: Papyrus.
- CUNHA, J.** (1996). "Reestruturação Capitalista e seus Reflexos no Mundo do Trabalho e no Estado". In: *Cadernos do CEAS*, n. 165, set-out.
- FARIAS, F. M. H.** (1998). *A Privatização do Sistema Telebrás e as Mudanças no Mercado de Telecomunicações*. Relatório apresentado à Pró-Reitoria de Graduação e Pesquisa, UFS.
- LEAL, S. A. G.** (1997). *O Sistema de Telecomunicações no Brasil: alterações no modelo de Monopólio público de Sarney a Fernando Henrique Cardoso*. Monografia de Graduação do curso de Comunicação Social-Jornalismo.
- MORAES Neto, B. R. de.** (1998). "Fordismo e Ohnoísmo: Trabalho e Tecnologia na Produção em Massa". In: *Anais do III Encontro Nacional de Economia Política*. Vol. 2. Niterói: Ed. UFFF, pp. 712-724.
- (1995). "Automação e Trabalho: Marx igual a Adam Smith?". In: *Revista de Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 25, n. 1, jan-abr, pp. 53-75.
- POCHMANN, M & PORTO, J. R. D.** 2000. *A Informática e as Telecomunicações no Brasil*. Campinas.
- VASCONCELOS, D. de S.** (2001). "Reestruturação Capitalista, Revolução Tecnológica e o Novo Mundo do Trabalho". In: *O Novo Paradigma do Emprego e a Mutação do Sindicalismo*. Revista da Fundação Milton Campos, n. 15, set., pp 39-86.
- WALTER, Jorge & GONZÁLEZ, Cecilia Senén** (comp.). (1998) *La Privatización de las Telecomunicaciones en América Latina*. Empresas y sindicatos ante los desafíos de la reestructuración. Buenos Aires: Eudeba/Universidad de Buenos Aires.

Sítes consultados:

- DIEESE: <http://www.dieese.org.br>
IPEA: <http://www.ipea.org.br>
ANATEL: <http://www.anatel.gov.br>
FITTEL: <http://www.fittel.org.br>
IBGE: <http://www.ibge.gov.br>
EMBRATEL: <http://www.embratel.com.br>
EPTIC: <http://www.eptic.he.com.br>
GAZETA MERCANTIL: <http://www.gazetamercantil.com.br>
TELEMAR: <http://www.telemar.com.br>
MINISTÉRIO DAS TELECOMUNICAÇÕES: <http://mc.gov.br>
SINTTEL: <http://www.sinttel.org.br>